

POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO DIGITAL: ESTADO E ESCOLA

Cristiane Pereira dos Santos*

Resumo:

Teoricamente, este trabalho filia-se à Análise de Discurso de linha materialista em articulação com a história das Ideias Linguísticas (HIL) e busca compreender, pelos fios do discurso do governo federal, os sentidos constituídos sobre a inserção das novas tecnologias digitais nas escolas públicas brasileiras a partir do Programa Nacional de Tecnologia Educacional – ProInfo (1997 e reformulado em 2007) e o Programa Educação Digital – Política para Computadores e Tablets (2012), e seus efeitos nas práticas de ensino de língua portuguesa. Para tanto, buscamos dar visibilidade às nossas análises por meio de recortes de Portarias, Decretos e entrevistas do Ministro da Educação Aloizio Mercadante, referentes aos dois programas em análise. O funcionamento discursivo do jogo político econômico revelou em nossas análises que as políticas de inclusão de tecnologias nas escolas trabalham com a ilusão de igualdade entre sujeitos, quer seja pela inclusão digital, quer seja pela inclusão social.

Palavras-chave: Análise de Discurso; Políticas Públicas; Novas Tecnologias de Informação e Comunicação; Escola.

Abstract:

Theoretically, this work was affiliated to the materialistic Discourse Analysis in conjunction with the history of ideas Linguistic Minorities (HIL) and seeks to understand the speech wires of the federal government, the directions provided on the inclusion of new digital technologies in public schools Brazilian from the National Educational Technology Program - ProInfo (1997 and reformulated in 2007) and the Digital Education Program - Policy for Computers & Tablets (2012), and its effects on Portuguese language teaching practices. To this end, we seek to give visibility to our analyzes through Decrees clippings, Decrees and interviews of the Minister of Education Mercadante, for the two programs in question. The discursive functioning of the economic political game in our analyzes revealed that the inclusion of technology policies in schools working with the illusion of equality between subjects, whether for digital inclusion, whether for social inclusion.

Keywords: Discourse Analysis; Public Policy; New Information and Communication Technologies; School.

* Mestra em Linguística pela Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT/Campus de Cáceres. E-mail: cris_tanyha@hotmail.com.

Introdução

Este trabalho é parte de uma reflexão já desenvolvida em uma dissertação de mestrado, no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso- UNEMAT. Momento em que buscamos refletir sobre as discursividades que atravessam as políticas públicas de inserção das novas Tecnologias de Informação e Comunicação – TICs na escola pública, a partir de recortes de dois programas de governo: *Programa Nacional de Tecnologia Educacional – ProInfo* e *Programa Educação Digital: política para computadores e tablets*.

Neste artigo, em especial, tomamos como *corpus* recortes de documentos disponíveis na rede sobre o Programa Nacional de Tecnologia Educacional – ProInfo, em especial a Portaria nº 522/97/MEC; Diretrizes do Programa; e Decreto nº 6300/2007. Trabalharemos, também, com o Programa Educação Digital: políticas para computadores e tablets (2012), a partir de discursos do Ministro da Educação Aloízio Mercadante, tais como, coletiva de imprensa na qual o Ministro anuncia o lançamento do Programa, e de entrevista para o programa “Bom dia Ministro”.

Nosso objetivo neste trabalho é o de mostrar como os sentidos/memória enunciados pelas discursividades do governo sobre a inserção das tecnologias na escola pública estão voltados para a competitividade, capacitação e não formação¹, neoliberalismo, preparação do sujeito aluno para o mercado de trabalho. Assim, dominar as ferramentas digitais seria a solução para a melhoria da aprendizagem que o Estado oferece por meio do ensino público. Nos dizeres dos Programas em análise, dominar as novas tecnologias é estar incluído digitalmente e na sociedade capitalista.

1. O ESTADO: O IMAGINÁRIO DE INCLUSÃO (SOCIAL) PELA INCLUSÃO (DIGITAL)

De acordo com Pêcheux (1990), o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia. Orlandi (2005, p. 02) explicita um pouco mais sobre essa interpelação ao dizer que: “ao inscrever-se na língua o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia, daí resultando uma forma sujeito histórica. No nosso caso, o sujeito do capitalismo”. Orlandi afirma que

¹ Conceito discutido no item 1 e 2.

a forma-histórica do sujeito moderno é a forma capitalista caracterizada como sujeito de circulação social jurídico, com seus direitos e deveres e sua livre circulação social. As formas (ou modos) de individuação do sujeito, pelo Estado, estabelecidas pelas instituições, assim como as discursividades produzidas, resultam em um indivíduo ao mesmo tempo responsável e dono de sua vontade (ORLANDI, 2001, p. 104).

Tomando as palavras de Orlandi, o Estado, com as políticas públicas tais como o ProInfo e o Programa Educação Digital, procura “amenizar” o problema de acesso dos sujeitos excluídos da sociedade, justamente apagando a exclusão social pela inclusão digital. O Estado dessa maneira, mascara “uma nova dimensão: o da igualdade, do alargamento dos direitos dos cidadãos” (AZEVEDO, 2004, p.37). Orlandi (2007a, p. 12) argumenta que “o Estado tem seu funcionamento justamente regido por sua falta e afetado pelas sociedades de mercado”.

Dessa forma, é pela falta que o Estado exerce seu poder articulador do simbólico com o político. No caso desses dois programas, há uma forte presença da ação do Estado no que diz respeito à regulamentação desses e outros programas. Como melhorar a qualidade da educação exige profundas rupturas na sua organização, o Estado elabora programas e se presentifica por esses regulamentos.

No recorte que segue, vemos o modo como o Estado discursiviza a universalização das novas Tecnologias de Informação e Comunicação nas escolas, materializadas pelo ProInfo e os efeitos de sentidos que produzem esse discurso:

Os avanços tecnológicos trazem consigo mudanças nos sistemas de conhecimento, *novas formas de trabalho e influem na economia, na política e na organização das sociedades*. [...]. O conhecimento acelera processos, torna instantâneas inúmeras ações de interesse econômico e gera um novo quadro organizacional caracterizado, principalmente, pela flexibilidade decorrente da utilização de equipamentos informatizados e programáveis. *Este quadro determina profundas alterações no mercado de trabalho* (BRASIL, 1997, p.01, grifos nossos).

Dentre os avanços tecnológicos que atualmente têm tomado todas as esferas sociais, podemos destacar o mercado de trabalho que afeta essa relação sociedade x capitalismo. Assim, no dizer do Estado, possibilitar que a sociedade seja preparada para enfrentar os desafios do mundo moderno significa incluir os professores no uso das tecnologias como condição de serem inseridos na rede mundial.

As novas condições que o mercado exige leva-nos a questionar o papel da Escola diante da sociedade. Dessa maneira, ao contextualizar o papel que as novas ferramentas tecnológicas desempenham hoje na sociedade, o governo enfatiza a

necessidade de uma maior aproximação entre os sujeitos da escola e a demanda exigida pelo mercado de trabalho.

As formulações “*formas de trabalho*”, “*mudança internacional do trabalho*”, “*mudanças nos sistemas de conhecimento da sociedade implicam transformações em operações produtivas e nos negócios e, por fim, este quadro determina profundas alterações no mercado de trabalho*” estão sustentadas na formação discursiva capitalista que desenvolveu novas formas de organização social, de relações de poder e de desenvolvimento econômico.

Entendemos, então, que o que está em jogo na proposta do governo ao promover a inclusão digital nas escolas é o treinamento, a capacitação, a mera repetição, e não a formação. De acordo com Orlandi (2009),

Formar, em educação, traz necessariamente a questão da língua. Porque é a língua que está investida na produção do conhecimento. Não é apenas um instrumento no sentido pragmático, mas é parte do próprio processo de constituição do saber, da construção do objeto de conhecimento, da sua compreensão, e interpretação do que significa no conjunto da produção científica de que participa (p.153).

Uma formação de qualidade é condição primária “para produzir um aluno *não alienado*”, pois trabalhar com a língua na sua relação social é parte de um processo capaz de

dar condições para que este sujeito ‘soubesse’ que sabe a língua, soubesse ler e escrever com fluência, com todas as consequências sociais e históricas que isto implica e fosse, assim, capaz de dimensionar o efeito de sua intervenção nas formas sociais. Processo que nem capacitação nem treinamento são capazes de fazer nem com o sujeito-professor, nem com o sujeito-aluno (ORLANDI, 2009, p.164).

Vemos que as políticas do ProInfo significam, na discursividade do Estado, inclusão digital, porém, geradora de fins capitalistas, isto é, o seu discurso está voltado para o mercado, e não para inovar os processos de formação de pessoas. Observemos esta mesma regularidade neste trecho:

Especialistas afirmam que *a maioria dos empregos que existirão nos próximos dez anos ainda não existem hoje*, porque o conhecimento especializado está tendo uma vida média cada vez menor e será, muito provavelmente, substituído ou complementado por outro a curto e médio prazos. Isto faz crescer a importância da *capacitação de recursos humanos*, porque os indivíduos não devem ser formados apenas uma vez durante sua vida profissional: *novas qualificações em função de novas necessidades impõem constantes*

aperfeiçoamentos (DIRETRIZES DO PROINFO, 1997, p.02, grifos nossos).

A proposta de política pública de inserção das novas tecnologias no espaço escolar visa a dar condições de inserir os jovens (futuros adultos) na esfera produtiva. Diante das novas possibilidades de uso de novas tecnologias, o Estado qualifica/habilita o futuro trabalhador para manusear máquinas e gerar nova economia para o País, porém esse tipo de formação não apresenta nenhum deslocamento na sociedade menos favorecida e excluída, uma vez que ela continuará à margem, e a divisão continuará existindo. Logo, a inserção das TICs na escola visa apenas treinar pessoas e não romper os processos de ensino-aprendizagem.

Assim, a posição-sujeito do Estado filia-se à formação discursiva que quer ampliar e desenvolver a sociedade para que, por meio do uso das novas ferramentas, os sujeitos cheguem aptos ao mercado e ao trabalho. Isso nada tem a ver com inovação, pois não se alteram as práticas de aquisição de conhecimento. Pelo contrário, esse conhecimento continua seguindo o plano do professor, dos PCNs etc. Logo, não é o conhecimento, formação social ou preparo para lidar com os desafios da vida do aluno que interessa ao Estado, pois, “o denominador comum é o trabalho e não o conhecimento” (ORLANDI, 2014a, p. 146).

A escola, nesses dizeres, deve preparar o aluno para o mercado, como também para a competição/competitividade que atualmente se impõe ao trabalhador: “A educação, numa perspectiva neoliberal, se volta para a competição/concorrência, o que faz com que cada um se preocupe consigo mesmo, com seu próprio desempenho em que o importante é ‘ser o melhor’” (STRAUB, 2012, p. 123). Em seu trabalho C. Revuz (1997, *apud* ORLANDI, 2005) ao falar sobre o desempregado e seus modos de significar-se, considera que a questão de “ter” (dinheiro, emprego) é definidora em uma sociedade como a nossa. Logo, a atualização para o emprego deve ser uma prática constante, uma vez que o mercado está cada vez mais exigente. Daí a importância da capacitação. Assim sendo, à Escola caberá capacitar para o mercado e reatualizar sempre e em todo o momento. A sociedade, em que estamos inseridos, é extremamente capitalista e competitiva, daí porque o ProInfo é parte dessa política econômica neoliberal na qual o Brasil se insere. Para Orlandi (2005),

Ter um emprego (colocação) é ter seu lugar entre os outros e encontrar-se assim intimado a elaborar uma maneira de ser com os outros. Isso é essencial quando pensamos essa necessidade de vínculo

que estrutura a sociabilidade para além e para quem do jurídico que é o que sustenta nossa forma sujeito histórica, a do capitalismo (p.12).

Desse modo, vemos qual memória de educação circula em nossa sociedade, isto é, uma educação voltada para o trabalho, capaz de atender às exigências do sistema econômico que é sempre atual, e que silencia aspectos importantes da formação, tais como “uma formação social que não é inerte mas dinâmica e capaz de movimento” (ORLANDI, 2014, p.169). Por essa razão, continua a autora “O Estado, em uma sociedade de mercado predominantemente, falha em sua função de articulador simbólico e político. E funciona pela falha. Isto é, a *falha do Estado* [...] é, a meu ver, *estruturante do sistema capitalista contemporâneo*” (ORLANDI, 2012, p. 229, grifos da autora).

2. AS DISCURSIVIDADES SOBRE O SUJEITO-PROFESSOR NOS PROGRAMAS DE INCLUSÃO DIGITAL

Em meio a tantos discursos “inovadores” envolvendo a Escola, mais especificamente das novas Tecnologias de Informação e Comunicação – TICs, está o professor. O Estado tem investido em políticas públicas de universalização do acesso às novas tecnologias por meio de programas e projetos em que o papel do professor tem sido o de “mediar” a aprendizagem dos alunos. Porém, conforme Esteve (1999, apud ALONSO, 2008, p.758), “a situação dos professores diante das mudanças que ocorrem na escola é comparável a um grupo de atores que trajam vestimentas de determinado tempo e que, sem nenhum aviso anterior, mudam-lhes os cenários e as falas”. Essa metáfora serve para mostrar como os professores têm se sentido em relação a esse novo cenário tecnológico que tem cada vez mais tomado espaço na escola.

O acesso às novas tecnologias causa desconforto e insegurança no professor, pois tudo o que for apresentado em uma aula poderá facilmente ser acessado pelo aluno por meio da rede mundial de computadores e, posteriormente, confrontado, questionado ao sujeito-professor. Apesar dessa facilidade de acesso que muitos alunos possuem, a figura do professor ainda é essencial e indispensável. Desse modo, a revisão das formas de se ensinar e de se aprender é que deve ser feita. Na falta dela, cabe ao professor se impor pelas avaliações como regulação e disciplina.

Para Furlan e Megid (2009),

na sala de aula, o que temos é a constituição de duas posições-sujeito: o sujeito professor e o sujeito aluno. Os indivíduos professor e alunos são interpelados pelo discurso (que aqui podemos adjetivar como discurso pedagógico) em sujeitos para que possam significar (FURLAN; MEGID, 2009, p. 12).

Em assim sendo, “o sujeito professor significa pela linguagem que se constitui pelas condições de produção, pelas formações imaginárias, pelo encontro da ideologia, memória e a história” (FURLAN; MEGID, 2009, p. 12). Ou seja, pelas formações imaginárias e pela ideologia, quem manda é o professor.

No caso das TICs, o sucesso dos programas está intrinsecamente relacionado ao processo de qualificação docente: dar ao professor condições de lidar com as novas tecnologias a partir da revisão dos processos de ensino e de aprendizagem refletirá não só no professor, mas também no aluno.

Neste contexto, o programa aqui analisado tem por objetivo não somente levar para a escola laboratórios de informática, mas também a capacitação dos profissionais que nela atuam:

O Programa Nacional de Informática na Educação, ora proposto pelo MEC, pretende iniciar o processo de universalização do uso de tecnologia de ponta no sistema público de ensino. A garantia de otimização dos vultosos recursos públicos nele investidos, reside, em primeiro lugar, na ênfase dada à *capacitação de recursos humanos, que precede a instalação de equipamentos e responde por 46% do custo total do programa*. (Apresentação das Diretrizes do ProInfo, 1997, grifos nossos).

A capacitação de recursos humanos responderá por 46% de todo o orçamento financeiro do programa. Isso significa quase a metade de todo o investimento. Logo, resta-nos compreender de que forma e em que epistemologia essa capacitação se dará:

O sucesso deste Programa depende fundamentalmente da *capacitação* dos recursos humanos envolvidos com sua operacionalização. *Capacitar* para o trabalho com novas tecnologias de informática e telecomunicações não significa apenas preparar o indivíduo para um novo trabalho docente.

A *capacitação* de professores para o uso das novas tecnologias de informação e comunicação implica redimensionar o papel que o professor deverá desempenhar na formação do cidadão do século XXI. (Diretrizes do ProInfo, 1997, p.07, grifos nossos).

Nota-se que o texto usa verbos que indicam apontamentos, porém, pouco explicita a responsabilidade de seus executores. Dizer que o programa capacita não significa preparar o indivíduo professor, e que isso tudo implica redimensionar e

desafiar a metodologia tradicional, não provoca uma ruptura no *modus operandi* de fazer educação no Brasil. O Estado, ao fazer esses discursos responsabiliza o professor pelas suas mudanças, mas não lhe dá condições efetivas para tal. Nesse sentido, qualificar os professores para trabalhar com essas tecnologias é fator preponderante para o sucesso não só do programa, mas da educação como um todo.

Queremos chamar atenção para o verbo “capacitar”, que ora é empregado no infinitivo, ora empregado como substantivo feminino. Assim, temos o deslizamento de sentido da palavra “capacitar” para apto, treinado, habilitado, entre outros. Orlandi (2014) destaca que “a questão de ‘capacitação’ tem tido presença constante na mídia, na fala de empresários e governantes. É um coringa que se tira do bolso para silenciar a força da reivindicação social” (p.147). Então, o que seria na memória discursiva do estado capacitar? Treinar? Ou habilitar professores para usar nas novas ferramentas tecnológicas na sala de aula?

Ao nosso entender, as políticas de formação continuada para professores não os deslocam das velhas práticas, pois essa capacitação que o governo oferece continua a ser “um objeto na relação de trabalho. Agora bem treinado e, logo, mais produtivo” (ORLANDI, 2014, p. 161); ideologicamente esse é um dos interesses do Estado dominador, pois, com a capacitação e o treinamento, ele (sujeito-professor) é um eterno repetidor, não há apropriação de conhecimento, o professor continua a exercer um papel mecanizado diante de seus alunos, que muitas vezes dominam as novas tecnologias com mais desenvoltura que ele.

Em uma coletiva de imprensa no ano de 2012², o Ministro da Educação, Aloízio Mercadante, discursa sobre a transformação do mundo analógico pelo digital e a distância entre professores e alunos em relação à tecnologia. Em outra entrevista no mesmo ano, concedida ao programa “Bom dia Ministro”, Mercadante discursiviza sobre os avanços tecnológicos que a escola e, principalmente, o professor devem alcançar, convocando este último a aprender. Vejamos

[...] A evolução que está acontecendo hoje é (ela) muito mais intensa, ela é muito mais rápida, e a escola têm que acompanhar esse processo. *O arranjo social da escola é uma instituição de pelo menos do século XVIII, o quadro negro também. Os nossos professores são todos do século XX, mas a juventude que vem aí, vem digital, os professores são do século XX e a juventude é do século XXI, ela é digitalizada, vem com essa demanda crescente [...].*
[...]. *Os professores, nós, somos do Século XX. Nós já somos todos analógicos. A nova geração é do século XXI, eles são digitais, eles*

² Áudio disponível em: <www.redecomunicadores.mec.gov.br>. Acesso em 12 de jan. de 2014.

são do mundo da internet, eles dominam isso com muita facilidade – os nossos filhos, os nossos netos –, com muito mais velocidade do que nós conseguimos. Nós somos emigrantes digitais, eles são nativos digitais. Então, o professor tem que se modernizar, a escola tem que se modernizar [...] (Discurso do Ministro da Educação Aloízio Mercadante, grifos nossos).

Ao impor que a escola deva se modernizar, o Ministro faz o discurso da inovação, pois inovar desliza para sentidos outros de qualidade, modernidade, atualidade. Assim, devemos modernizar o quê? Apenas a estrutura física das escolas, com salas de informática? Professores com instrumentos tecnológicos em suas mãos? Ou devemos mudar os processos de qualificação com ênfase na revisão dos processos de ensinar e aprender para adquirir conhecimento?

Diante dessas questões, pela memória discursiva na qual nos filiamos, concebemos o professor como sujeito que independe do recurso utilizado na sala de aula, seja ele, o giz, o papel, o computador de mesa (desktop), o *tablet*, o quadro negro ou a lousa digital. O que o constitui e o significa é o deslocamento que o sujeito-professor produz em relação às formas de ensinar e aprender. Formar significa preparar o sujeito “que sabe discernir e reconhecer o conteúdo e o efeito de sua ação interventiva nas formas sociais. Capaz de pensar por si mesmo, tocando o real, no tenso confronto com o imaginário que o determina” (ORLANDI, 2014, p.181).

Quando o Ministro da Educação afirma que a *nova geração é do século XXI, eles são digitais, eles são do mundo da internet, eles dominam isso com muita facilidade*, é tratar os desiguais igualmente, pois não podemos esquecer de que nem todos os jovens dominam as ferramentas tecnológicas, tais como computadores, internet, smartphones, *tablets*, porque a exclusão digital e as desigualdades socioeconômicas ainda predominam em de muitas regiões do País. Entretanto, de modo geral, os que nasceram nessa era informatizada tendem a dominar essas ferramentas com muita facilidade.

De acordo com Dias (2008, p.36), “a representação da Net para aqueles que a viram nascer não é a mesma representação para aqueles que nasceram com ela. Porque a memória que a constitui para uns e outros, é diferente”. Assim, as tecnologias funcionam para cada sujeito de uma forma diferente, pois faz rememorar a discursividade do “nativo digital” e do “imigrante digital”. O primeiro diz respeito àqueles que já nasceram na era digital, imersos na era dos bits, e dominam a linguagem da internet, pois **“falam” com naturalidade e sem “sotaque” o idioma digital destes recursos eletrônicos, como se fosse a sua própria**

língua materna”. O segundo são aqueles que se adaptaram ou não a esse mundo cibernético, os chamados imigrantes digitais “não tendo nascido na era digital ainda precisam de ler manuais de instruções para saber como funciona um MP3 ou uma nova consola. Esses imigrantes vão sempre carregar (ainda que leve) um ‘sotaque’ analógico”³.

Considerações finais

Ao pensarmos as novas tecnologias na Escola, em especial, a partir do Programa Nacional de Tecnologia Digital (2007) e do Educação Digital: política para computadores e *tablets* (2012), como uma política pública que visa à inclusão digital e à melhoria da qualidade de ensino, implica uma reflexão sobre as políticas de língua que circulam nesses dois programas. O estudo sobre essas políticas acerca das tecnologias no espaço escolar, especialmente nas aulas de Língua Portuguesa, envolve processos de linguagem que não são neutros, pois são historicamente determinados e neles se inscrevem relações políticas e ideológicas.

Parece haver um consenso no discurso do governo de que o domínio das novas ferramentas digitais se configura como uma estratégia para o ingresso e, por conseguinte, para manutenção dos sujeitos-alunos no mercado de trabalho. A Escola nessa posição-sujeito passou a funcionar num viés de preparação para o mercado de trabalho a partir da lógica neoliberal, pautada na ascensão social, capitalista.

Observamos nos primeiros discursos do Ministro da Educação Aloizio Mercadante sobre o Programa Educação Digital que “*a inclusão digital tem que começar pelo professor. Se ele não avançar, dificilmente a pedagogia vai avançar*”. Esse toma o professor como o instrumentalizar por excelência, uma formação discursiva que responsabiliza, pois, se o aluno não for inserido, é porque o professor não mudou sua pedagogia. Por essa razão, o treinamento do sujeito-professor aparece em nosso material de análise significada como uma ação necessária para o sucesso do programa. A nosso ver, a qualificação do sujeito-professor para trabalhar com as tecnologias é fator preponderante para o sucesso não só do programa, mas da educação como um todo no País. Ao analisarmos o verbo “capacitar”, a partir de Orlandi (2014a), compreendemos por que esse discurso tem sido usado com bastante

³Informações disponíveis em: <<http://www.maiseducativa.com/2013/12/06/nativos-digitais-eles-andam-ai/>>. Acesso em: 16 ago. 2014.

frequência por governantes e empresários para silenciar a voz daqueles que reivindicam os seus direitos.

Referências

ALONSO, Katia Morosov. **Tecnologias da Informação e Comunicação e Formação de Professores**: Sobre Rede Escolas Educ. Soc., Campinas, vol. 29, n. 104 - Especial, p. 747-768, out. 2008 Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br> Acesso em 19 de junho de 2014.

AZEVEDO, Janete M. Lins de. **A educação como política pública**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação a Distância. - **ProInfo. Programa Nacional de Informática na Educação**. POPPOVIC, Pedro P. (Secretário de Educação a Distância) Brasília, 1997. [Doc. Eletrônico: <http://www.proinfo.mec.gov.br/> (doc. original 11/mar/97).] Acesso em 14 de agosto de 2015.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. **Portaria nº 522, de 9 de abril de 1997**. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.jsp>. Acesso em 18 de março de 2015.

DIAS, Cristiane Pereira. **Memória & escrita**: o atravessamento de sentido das cartas no e-mail. *Língua, sujeito & história*, Santa Maria, n.37, v.18/n.2, p.35-49, 2008.

FURLAN, Cássia Cristina; MEGID, Cristiane Maria. Língua e Linguagem em movimento na sala de aula. In: BOLOGNINI, Carmen Zink; PFEIFFER, Claudia; LAGAZZI, Suzy (Orgs.). **Discurso e ensino**: práticas de linguagem na escola. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 2009. (Série Discurso e Ensino).

ORLANDI, Eni Pulcinelli. Formação ou Capacitação? Duas formas de ligar sociedade e conhecimento. In: FERREIRA, Eliana Lucia; ORLANDI, Eni (Orgs.). **Discursos sobre a inclusão**. Niterói: Intertexto, 2014.

_____. **Discurso em análise**: sujeito, sentido, ideologia. 2 Ed. Capinas, SP: Pontes editoras, 2012b.

_____. Língua Imaginária e Língua Fluida In: **Língua Brasileira e Outras Histórias**. Campinas: RG Editora, 2009.

_____. **Educação em Direitos Humanos**: um discurso. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy et al. *Educação em Direitos Humanos Fundamentos teóricos-metodológicos*. João Pessoal: Editora Universitária, 2007.

_____. **O Sujeito Discursivo Contemporâneo**: um exemplo. In: Seminário de Estudos em Análise do Discurso. Anais do II SEAD – Seminário em Estudos em Análise do Discurso – Porto Alegre: UFRGS, 2005.

STRAUB, Sandra Luzia Wrobel. **Política de informática na educação**: o discurso governamental. 2012. 198 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, São Paulo. 2012.